ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ Nº 36.920.154/0001-49

NIRE Nº 42 3 0005096-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Asa Branca Transmissora de Energia ("Asa Branca" ou "Companhia"), anteriormente denominada "ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A." tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Asa Branca Transmissora de Energia é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção de instalações de energia elétrica, localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, conforme contrato de Contrato de Concessão 01/2023-Aneel Lote 5, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 30.06.2028. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (29.09.2023). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 249,3 milhões (base dezembro de 2022).

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Morro do Chapéu II - Poções III	336	500
Poções III - Medeiros Neto II	316	500
Medeiros Neto II - João Neiva 2	276	500
João Neiva 2 - Viana 2	78	500
Total	**1.006**	

Controle Acionário

A Asa Branca é controlada pela ENGIE Transmissão de Energia Participações II, que por sua vez é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE é plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

Implantação

Em 2023 foram assinados os principais contratos de serviços, equipamentos e materiais, para cumprir o plano de negócio estabelecido pela Companhia. O prazo máximo para construção é de 66 meses, com previsão de antecipação de pelo menos 24 meses.

Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua Administração é realizada pela ENGIE. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado no projeto.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2023	31.12.2022	Variação (R$)	Variação %
Receita operacional líquida	9.324	-	9.324	0,0
Custos operacionais	(7.856)	-	(7.856)	0,0
Resultado do serviço (EBIT)	1.460	(5)	1.465	29.300,0
EBITDA (Lajida)	1.460	(5)	1.465	29.300,0
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	964	(5)	969	19.380,0

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Asa Branca e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Em 2023, foram iniciadas as obras de implantação do Sistema de Transmissão Asa Branca. Em decorrência disso, a Companhia registrou, no exercício corrente, R$ 9.208 de receita de construção de infraestrutura de transmissão, complementado pelo registro de R$ 116 na remuneração do ativo de contrato. Adicionalmente, foram reconhecidos R$ 7.856 referente aos custos de implementação de infraestrutura de transmissão.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Martinelli Auditores, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

Agradecimentos

A Administração de Asa Branca agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2023.

A Administração

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		34	6
		34	**6**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	4	9.324	-
		9.324	**-**
TOTAL		**9.358**	**6**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Dividendos	7.c	227	-
Obrigações fiscais e regulatórias		122	-
		349	**-**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	496	-
		496	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7**		
Capital social		7.783	13
Reservas de lucros		730	-
Prejuízos acumulados		-	(7)
		8.513	**6**
TOTAL		**9.358**	**6**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8**	**9.324**	**-**
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(7.856)	-
		(7.856)	**-**
LUCRO BRUTO		**1.468**	**-**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(8)	(5)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**1.460**	**(5)**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	9	(496)	-
		(496)	**-**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**964**	**(5)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**964**	**(5)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**964**	**(5)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021	**7**	**8**	**-**	**-**	**(2)**	**6**
Aumento de capital		5	-	-	-	5
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31.12.2022	**7**	**13**	**-**	**-**	**(7)**	**6**
Aumento de capital		7.770	-	-	-	7.770
Lucro do exercício		-	-	-	964	964
Destinações propostas à AGO:						
-Reserva legal		-	48	-	(48)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(227)	(227)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	682	(682)	-
Saldos em 31.12.2023	**7**	**7.783**	**48**	**682**	**-**	**8.513**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**1.460**	**(5)**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(116)	-
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(9.208)	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**(7.864)**	**(5)**
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações fiscais e regulatórias	122	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	**(7.742)**	**(5)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela alienação de subsidiária, líquido dos custos de venda	-	1
Caixa líquido das atividades de investimento	-	1
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	7.770	5
Caixa líquido das atividades de financiamento	**7.770**	**5**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**28**	**1**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	6	5
Saldo final	34	6
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**28**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Asa Branca Transmissora de Energia S.A. ("Asa Branca" ou "Companhia"), anteriormente denominada "ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A.", com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.04.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 30.06.2023, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 01/2023, promovido pela Aneel, o Lote 05, localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que totaliza aproximadamente 1.006 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 249.300, a valores de dezembro de 2022.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 29.09.2023.

Ao final de 2023 foram assinados os principais contratos de serviços, equipamentos e materiais, para cumprir o plano de negócio estabelecido pela Companhia. O prazo máximo para construção é de 66 meses, com previsão de antecipação de pelo menos 24 meses.

Em 2023 e 2022, os Administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 23.04.2024.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é estimada individualmente em função das características e complexidade dos projetos, bem como representam a auferição suficiente de resultado no decorrer da etapa de construção para cobrir os gastos de gerenciamento da formação do ativo de transmissão e, em conjunto com a margem O&M e a taxa de remuneração do ativo, contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado considerando investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo de concessão.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

NOTA 4. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

Receita de construção de infraestrutura de transmissão	9.208
Juros	68
Variação monetária	48
Saldo em 31.12.2023	**9.324**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo não circulante	9.324
	9.324

b) Premissas adotadas e outras informações relevantes

	Asa Branca
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	249.300
RAP anual – Construção (valor nominal)	236.385
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2023	2,7 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2023	8
Estimativa para entrada total em operação comercial	março de 2029
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2028
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	29.09.2023
Vigência do contrato de concessão	setembro de 2053
Leilão	001/2023
Lote adquirido	Lote 5
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	42,8%
Quantidade de subestações	n/a[1]
Extensão da linha de transmissão	1.006 km

(1) Aplicação em subestação de terceiros.

c) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Asa Branca
2025	17
2026	262
2027	342
2028	340
2029	338
2030 a 2034	1.691
2035 a 2053	6.334
	9.324

NOTA 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	34	6
	34	**6**

NOTA 6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

	31.12.2023			
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CSLL**	**Total**
Passivo:				
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	9.208	2.302	829	3.131
Remuneração de ativo de contrato	116	29	10	39
Ativo:				
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	7.856	1.964	707	2.671
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	8	2	1	3
Valor líquido		**365**	**131**	**496**

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

Impostos diferidos no resultado	(496)
(Passivo) em 31.12.2023	**(496)**

NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2023, é de R$ 7.783 (R$ 13 em 31.12.2022), representado por 7.783.000 ações ordinárias (13.000 em 31.12.2022), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à ETP II.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2023 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implantação do Sistema de Transmissão Asa Branca.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2023
Reserva legal	48
Reserva de retenção de lucros	682
	730

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 682 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos do exercício de 2023 está apresentada a seguir:

	31.12.2023
Base de cálculo dos dividendos ajustada	
Lucro líquido do exercício	964
Absorção do prejuízo	(7)
Reserva legal	(48)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	909
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	227
Total dos dividendos anuais	**227**

c.1) Mutação dos dividendos

Saldo em 31.12.2021 e 31.12.2022	-
Dividendos mínimos obrigatórios	227
Saldo em 31.12.2023	**227**

NOTA 8. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	9.208
Remuneração de ativo de contrato	116
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.324**

NOTA 9. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2023		
	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**1.460**	**1.460**	**1.460**
Alíquota nominal	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(365)**	**(131)**	**(496)**
Composição dos tributos no resultado			
Diferido	(365)	(131)	(496)
	(365)	**(131)**	**(496)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 10. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de construção

A Companhia assinou contrato com fornecedores para fornecimento de cabos de alumínio para linhas de transmissão, estruturas metálicas, reatores, disjuntores, *bays* de conexão e execução das obras das linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2023, eram de R$ 2.159.934.

NOTA 11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Dividendos
31.12.2023	
ETP II	227
	227

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Asa Branca Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Presidente

Leandro Marcos Magri
Direto Técnico-Operacional

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Murilo Boselli
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 23 de abril de 2024.

MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

Martinelli AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ Nº 36.920.154/0001-49

NIRE Nº 42 3 0005096-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Asa Branca Transmissora de Energia ("Asa Branca" ou "Companhia"), anteriormente denominada "ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A." tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Asa Branca Transmissora de Energia é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção de instalações de energia elétrica, localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, conforme contrato de Contrato de Concessão 01/2023-Aneel Lote 5, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 30.06.2028. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (29.09.2023). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 249,3 milhões (base dezembro de 2022).

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Morro do Chapéu II - Poções III	336	500
Poções III - Medeiros Neto II	316	500
Medeiros Neto II - João Neiva 2	276	500
João Neiva 2 - Viana 2	78	500
Total	**1.006**	

Controle Acionário

A Asa Branca é controlada pela ENGIE Transmissão de Energia Participações II, que por sua vez é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE é plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

Implantação

Em 2023 foram assinados os principais contratos de serviços, equipamentos e materiais, para cumprir o plano de negócio estabelecido pela Companhia. O prazo máximo para construção é de 66 meses, com previsão de antecipação de pelo menos 24 meses.

Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua Administração é realizada pela ENGIE. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado no projeto.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a Administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Martinelli Auditores, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

Agradecimentos

A Administração de Asa Branca agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2023.

A Administração

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		34	6
		34	**6**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3	-
Imobilizado	4	**7.856**	-
TOTAL		**7.893**	**6**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Dividendos		227	-
Obrigações fiscais e regulatórias		122	-
		349	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6**		
Capital social		7.783	13
Reservas de lucros		730	-
Prejuízos acumulados		-	(7)
Proventos excedentes da contabilidade societária		(969)	-
		7.544	**6**
TOTAL		**7.893**	**6**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Outras despesas operacionais, líquidas	(8)	(5)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**(8)**	**(5)**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	3	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(5)**	**(5)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(5)**	**(5)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(5)**	**(5)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021		**8**	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**6**
Aumento de capital		5	-	-	-	-	5
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(5)	(5)
Saldos em 31.12.2022	**10**	**13**	**-**	**-**	**-**	**(7)**	**6**
Aumento de capital		7.770	-	-	-	-	7.770
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(5)	(5)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(969)	969	-
Destinações propostas à AGO:							-
-Reserva legal		-	48	-	-	(48)	-
-Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(227)	(227)
-Reserva de retenção de lucros		-	-	682	-	(682)	-
Saldos em 31.12.2023	**10**	**7.783**	**48**	**682**	**(969)**	**-**	**7.544**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) antes dos tributos	(8)	(5)
Resultado antes dos tributos ajustado	**(8)**	**(5)**
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações fiscais e regulatórias	122	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**114**	**(5)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(7.856)	-
Recebimento pela alienação de subsidiária, líquido dos custos de venda	-	1
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(7.856)**	**1**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	7.770	5
Caixa líquido das atividades de financiamento	**7.770**	**5**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**28**	**1**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	6	5
Saldo final	34	6
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**28**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 36.920.154/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0005096-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Asa Branca Transmissora de Energia S.A. ("Asa Branca" ou "Companhia"), anteriormente denominada "ENGIE Transmissão de Energia Participações IV S.A.", com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.04.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 30.06.2023, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 01/2023, promovido pela Aneel, o Lote 05, localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que totaliza aproximadamente 1.006 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 249.300, a valores de dezembro de 2022, com deságio de 42,8% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 435.839. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2023, era de R$ 2,7 bilhões.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 29.09.2023.

Ao final de 2023 foram assinados os principais contratos de serviços, equipamentos e materiais, para cumprir o plano de negócio estabelecido pela Companhia. O prazo máximo para construção é de 66 meses, com previsão de antecipação de pelo menos 24 meses.

Em 2023 e 2022, os Administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis regulatórias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11.04.2024.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis regulatórias. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado. Adicionalmente, os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, e são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

d) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis regulatórias. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis regulatórias, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

NOTA 4. IMOBILIZADO

Ativo imobilizado em curso	Adições	Valor bruto em 31.12.2023	Adições líquidas	Valor líquido em 31.12.2023
A ratear	6.003	6.003	6.003	6.003
Adiantamentos	197	197	197	197
Outros	1.656	1.656	1.656	1.656
Total do Ativo Imobilizado	**7.856**	**7.856**	**7.856**	**7.856**

NOTA 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	34	6
	34	**6**

NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2023, é de R$ 7.783 (R$ 13 em 31.12.2022), representado por 7.783.000 ações ordinárias (R$ 13.000 em 31.12.2022), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à ETP II.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2023 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implantação do Sistema de Transmissão Asa Branca.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2023
Reserva legal	48
Reserva de retenção de lucros	682
	730

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R$ 682 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

c.1) Mutação dos dividendos

Saldo em 31.12.2021 e 31.12.2022	-
Dividendos mínimos obrigatórios	227
Saldo em 31.12.2023	**227**

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 7. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de construção

A Companhia assinou contrato com fornecedores para fornecimento de cabos de alumínio para linhas de transmissão, estruturas metálicas, reatores, disjuntores, *bays* de conexão e execução das obras das linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2023, eram de R$ 2.159.934.

NOTA 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Dividendos
31.12.2023	
ETP II	227
	227

NOTA 9. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

	Nota	31.12.2023 Regulatório	Ajustes	Societário	31.12.2022 Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		34	-	34	6	-	6
		34	**-**	**34**	**6**	**-**	**6**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo de contrato	(i)	-	9.324	9.324	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3	(3)	-	-	-	-
		3	**9.321**	**9.324**	**-**	**-**	**-**
Imobilizado	**(i)**	**7.856**	**(7.856)**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL		**7.893**	**1.465**	**9.358**	**6**	**-**	**6**

	Nota	31.12.2023 Regulatório	Ajustes	Societário	31.12.2022 Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Dividendos		227	-	227	-	-	-
Obrigações fiscais e regulatórias		122	-	122	-	-	-
		349	**-**	**349**	**-**	**-**	**-**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(iii)	-	496	496	-	-	-
		-	**496**	**496**	**-**	**-**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		7.783	-	7.783	13	-	13
Reservas de lucros		730	-	730	-	-	-
Prejuízos acumulados		-	-	-	(7)	-	(7)
Proventos excedentes da contabilidade societária		(969)	969	-	-	-	-
		7.544	**969**	**8.513**	**6**	**-**	**6**
TOTAL		**7.893**	**1.465**	**9.358**	**6**	**-**	**6**

Demonstração do resultado

	Nota	2023 Regulatório	Ajustes	Societário	2022 Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**-**	**9.324**	**9.324**	**-**	**-**	**-**
Receita de implementação de infraestrutura	(ii)	-	9.208	9.208	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	(ii)	-	116	116	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**-**	**9.324**	**9.324**	**-**	**-**	**-**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		**-**	**(7.856)**	**(7.856)**	**-**	**-**	**-**
Custo de implementação de infraestrutura	(ii)	-	(7.856)	(7.856)	-	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(8)	-	(8)	(5)	-	(5)
LUCRO DA ATIVIDADE		**(8)**	**1.468**	**1.460**	**(5)**	**-**	**(5)**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(iii)	3	(499)	(496)	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(5)**	**969**	**964**	**(5)**	**-**	**(5)**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (ii) e (iii) Ativo de contrato, imobilizado, receita e custo de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de contrato

Na contabilidade societária, a parcela correspondente aos custos de construção, adicionadas de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão da construção, é reconhecida como ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. Os gastos decorrentes da construção da linha de transmissão são reconhecidos diretamente no resultado no exercício, na rubrica de "Custo de implementação da infraestrutura". Em contrapartida, para fins regulatórios estes gastos são reconhecidos no imobilizado e não há reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura.

Na contabilidade societária, a parcela correspondente à RAP construção é reconhecida no ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. No regulatório esse valor é reconhecido como receita de operações com transmissão de energia elétrica.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos das diferenças acima apresentadas geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item acima.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2023
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	-
(ii) Receita de implementação de infraestrutura, líquida	(9.208)
(ii) Remuneração do ativo de contrato	(116)
(ii) Custo de implementação de infraestrutura	7.856
(iii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	499
Saldo no final do exercício	**(969)**

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2023, da Asa Branca Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Presidente

Leandro Marcos Magri
Direto Técnico-Operacional

Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa e Financeira

Murilo Boselli
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASA BRANCA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

. Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Asa Branca Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

. Auditoria das demonstrações contábeis societárias

A Asa Branca Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 23 de abril de 2024, sem modificações.

. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 23 de abril de 2024.

MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

Martinelli AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Asa Branca Transmissora de Energia S.A.

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 26 de abril de 2024.

_____
Márcio Daian Neves
Diretor Executivo

_____
Patrícia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Müller
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

_____
Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado eletronicamente por Marcio Daian Neves, Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 91E3-EC95-51EF-4F6A.

Este documento foi assinado eletronicamente por Marcio Daian Neves, Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller e Romary Dos Anjos Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 91E3-EC95-51EF-4F6A.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Engie. Para verificar as assinaturas clique no link: https://engie.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/91E3-EC95-51EF-4F6A ou vá até o site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 91E3-EC95-51EF-4F6A

Hash do Documento

0706D731A6C3DDAB6661BE3561B4939D27986AA3FC9249468E60B2B8D278DE5B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2024 é(são) :

- Marcio Daian Neves (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 021.952.369-06 em 26/04/2024 11:37 UTC-03:00
  Tipo: Assinatura Eletrônica
  Identificaçao: Por email: marcio.neves@engie.com

  Evidências

  Client Timestamp Fri Apr 26 2024 11:37:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
  Geolocation Latitude: -27.41074 Longitude: -48.424306 Accuracy: 10
  IP 189.4.72.37
  Hash Evidências:
  663CD3C7BCF68A0A42E558BC0ACBEB2476CE5ACE6051548C20E9C37E9BEE66BC
- Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 022.594.699-81 em 26/04/2024 11:04 UTC-03:00
  Tipo: Assinatura Eletrônica
  Identificaçao: Autenticação de conta

  Evidências

  Client Timestamp Fri Apr 26 2024 11:04:56 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
  Geolocation Latitude: -27.575424 Longitude: -48.540477 Accuracy: 500
  IP 191.251.90.108
  Hash Evidências:
  2C4025A9141D772CBF056BCC67DFE0FF191FC86C34DA6D859C7A313BF126D61E
- Romary Dos Anjos Silva (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 058.505.519-05 em 26/04/2024 10:28 UTC-03:00
  Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificaçao: Por email: romary.anjos@engie.com

Evidências

Client Timestamp Fri Apr 26 2024 10:28:42 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -27.573862 Longitude: -48.528228 Accuracy: 115
IP 200.9.2.254
Hash Evidências:
9EFB6B8B10121C454F24E375B3521A342F190BFBB87139D7DC66CF624B55312D